

RELATÓRIO DE GESTÃO EMBAIXADA DO BRASIL EM VIENA, REPÚBLICA DA ÁUSTRIA EMBaixADOR EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET (2012-2016)

Transmito, a seguir, de relatório de gestão na Embaixada em Viena (2012-2016), com a seguinte estrutura:

I - TEMAS MULTILATERAIS; II - RELAÇÕES BRASIL-ÁUSTRIA; III - ÁUSTRIA: CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA; POLÍTICA EXTERNA; IV - SUMÁRIO DE AÇÕES, DIFICULDADES ENCONTRADAS E SUGESTÕES PARA O PRÓXIMO CHEFE DE MISSÃO

2. Observe-se que o Posto tem a peculiaridade de ser, ao mesmo tempo, uma embaixada bilateral (com repartição consular) e uma representação permanente junto a organizações internacionais em Viena. Além das cartas credenciais ao governo austriaco, o chefe do Posto é formalmente acreditado, por instrumentos em separado, junto (i) ao Escritório das Nações Unidas em Viena (UNOV), em cujo âmbito se encontram, em particular, o UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) e o UNOOSA (Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior), (ii) à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e (iii) à Academia Internacional Anticorrupção (IACA).

I - TEMAS MULTILATERAIS

3. Os temas multilaterais tratados em Viena -- em especial drogas, crime e corrupção -- envolvem agenda de visibilidade particular para o público interno, gerando uma rotina de interlocução frequente, por meio da SERE (Secretaria de Estado das Relações Exteriores), com órgãos como o Ministério da Justiça, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, a AGU e a PGR.

4. Outro comentário preliminar de natureza transversal diz respeito à prioridade que atribuí à questão da presença de nacionais brasileiros no secretariado das agências internacionais em Viena. Seguiu-se prática regular de divulgar todos os anúncios de aberturas de vagas. Foram feitas gestões específicas em favor de candidaturas brasileiras.

I.1 - DROGAS, CRIME, CORRUPÇÃO

5. Estão sediadas em Viena duas comissões funcionais do ECOSOC: a Comissão de Entorpecentes (CND) e a Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Criminal (CPCJC).

6. A CND é o órgão político ("policy-making body") responsável pela implementação das três convenções internacionais sobre drogas (Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961; Convenção sobre Substâncias

Psicotrópicas, de 1971; e Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988).

7. A CPCJC é responsável pelo tratamento de ampla gama de temas relacionados a crime, justiça criminal e corrupção (além de terrorismo, em aspectos de cooperação técnica para capacitação dos estados). Juntamente com as Conferências das Partes da Convenção contra o Crime Organizado Transnacional (UNTOC) e da Convenção contra a Corrupção (UNCAC), é o órgão político responsável por decisões sobre a implementação de tais Convenções.

8. A CND e a CPCJC funcionam, adicionalmente, em conjunto, como órgãos de gestão ("governing bodies") do Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC).

I.1.1 - UNODC (ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DROGAS E CRIME)

9. O Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC), dirigido desde 2010 pelo embaixador Yury Fedotov (Rússia), tem a função de secretariado da CND e da CPCJC, bem como das Conferências das Partes e respectivos grupos de trabalho da UNTOC e da UNCAC. O Escritório implementa significativo portfólio de projetos de assistência técnica em suas áreas de competência (drogas, crime, corrupção e terrorismo).

10. Em 2013, em visita ao Brasil, o Diretor-Executivo, embaixador Yury Fedotov, inaugurou oficialmente o Escritório de Ligação e Parceria (LPO) do UNODC em Brasília. Trata-se de plataforma para coordenar ações do UNODC no Cone Sul e promover programas de cooperação entre o Brasil e países vizinhos, bem como para implementar projetos no Brasil.

11. A questão do equilíbrio regional no secretariado do UNODC foi tema de que tratei com prioridade. Há subrepresentação de países em desenvolvimento em posições de direção. Não há brasileiros(as) em posições P-5 ou D. Logrou-se, a partir de 2015, incluir o assunto na agenda de sessões regulares da CND e da CPCJC.

I.1.2 - CND (COMISSÃO DE ENTORPECENTES)

12. No âmbito da CND, tratou-se de forma prioritária, durante minha gestão, da preparação da Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas (UNGASS-2016 - Nova York, 19-21 de abril de 2016).

13. De acordo com as instruções recebidas, o Posto atuou no sentido de favorecer uma atualização das visões sobre o problema mundial das drogas (PMD), de forma a enfatizar a importância de políticas equilibradas de redução da oferta e

da demanda, com a devida atenção (i) tanto a enfoque de saúde pública e direitos humanos em relação aos usuários quanto (ii) à prioridade no combate ao narcotráfico. Nesse contexto, enfatizou-se de forma consistente a importância e atualidade do marco legal das três Convenções sobre Drogas. O documento final da UNGASS-2016 é consistente com as posições defendidas pelo Brasil, apontando para uma revisão decenal positiva, em 2019, da Declaração e Plano de Ação de 2009 sobre o PMD.

14. A postura de equilíbrio do Brasil durante a preparação da UNGASS-2016 refletiu-se na indicação do país, por consenso, para ocupar a segunda vice-presidência da CND em 2016. Essa posição de segundo vice-presidente em 2016 aponta para a possibilidade de o Brasil ocupar a primeira vice-presidência em 2017 e a presidência em 2018. Esta última data é particularmente relevante, por se tratar do ano em que serão encaminhadas as discussões para revisão decenal da Declaração Política e Plano de Ação de 2009 sobre o PMD.

I.1.3 - JIFE (JUNTA INTERNACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE ENTORPECENTES)

15. O Brasil lançou, em 2016, candidatura para a JIFE. Ainda que não tenha havido êxito, entendo que o País deveria considerar nova candidatura na próxima oportunidade (em princípio, preenchimento de 5 vagas para o mandato 2020-2024, com eleições em 2019). A JIFE, de acordo com o papel autônomo que lhe é atribuído pelas três convenções, tem importância central na fiscalização e interpretação das três convenções internacionais sobre drogas, na disseminação de dados e relatórios sobre o PMD, bem como na discussão de políticas sobre drogas.

I.1.4 - CPCJC/UNCAC/UNTOC - CORRUPÇÃO e CRIME

I.1.4.1 - CORRUPÇÃO

16. No tema do combate à corrupção, manteve-se o alto perfil do Brasil nas sessões da CPCJC e da UNCAC (tanto nas conferências dos estados partes quanto nas reuniões de seus grupos de trabalho). Ressalto o engajamento consistente e tecnicamente sólido de diferentes órgãos nacionais, entre os quais o MJ, o MTFC (ex-CGU), a AGU e a PGR.

17. Foi concluído, em 2015, o exame do Brasil no primeiro ciclo de revisão da implementação da UNCAC (referente aos seus capítulos III - criminalização e IV - cooperação internacional). Na VI Conferência das Partes, em São Petersburgo, em 2015, o Brasil propôs, e logrou-se aprovar, resolução sobre a cooperação internacional em processos de natureza civil e administrativa, no âmbito da UNCAC.

I.1.4.2 - CRIME

18. Nos temas relativos à UNTOC, o Brasil tem desempenhado papel importante nas discussões sobre a implementação do Protocolo sobre Armas de Fogo e do Protocolo sobre Tráfico de Pessoas. Creio, ademais, que o país teria condições de ter papel de liderança, também, nas discussões sobre a implementação do Protocolo sobre Contrabando de Migrantes -- tema de crescente impacto internacional no qual o Brasil teria boas práticas a compartilhar, de respostas positivas e humanitárias.

19. Os trabalhos no âmbito da UNTOC têm sido dominados, desde 2010, pela tentativa frustrada de criação de mecanismo de revisão de sua implementação, a exemplo do que já se logrou acordar na UNCAC. A dificuldade na negociação de tal mecanismo impacta negativamente o trabalho da Conferência das Partes e dos grupos de trabalho da UNTOC, que têm menor participação de especialistas e de delegações de alto nível em comparação ao que ocorre no âmbito da UNCAC.

20. Registro minha frustração pela impossibilidade de obter avanços no tratamento do tema do crime cibernético, em especial no que diz respeito à conveniência de negociação de instrumento multilateral. Trata-se de mandato do XII Congresso de Prevenção do Crime e Justiça Criminal (Salvador-BA, 2010). Os países desenvolvidos mantiveram-se em posição intransigente de que a Convenção de Budapeste, elaborada pelo Conselho da Europa, já seria a única resposta internacional apropriada, à qual os demais países deveriam aderir.

21. O Brasil registrou, em "conference room paper" (CRP) circulado por ocasião da 24a. sessão da CPCJC (2015), bem como em pronunciamento na 25a. sessão (2016), postura construtiva em favor da negociação de instrumento multilateral, reconhecendo aspectos positivos na Convenção de Budapeste que poderiam servir de base para tal instrumento, e mencionando a visão de que o mesmo não teria de ser excludente em relação a acordos já existentes, como a referida Convenção.

22. Registro com satisfação, por outro lado, a conclusão, em 2015, das negociações para atualização de regras mínimas ("Regras Nelson Mandela") para o tratamento de prisioneiros. Tratava-se (além do crime cibernético) de um dos dois mandatos propostos pelo Brasil ao sediar, em 2010, o XII Congresso Internacional sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal. O Brasil, por meio da atuação do DEPEN-MJ, teve papel de liderança nas negociações.

23. Na impossibilidade, à última hora, de comparecimento do então Ministro da Justiça, tive a honra de chefiar a delegação brasileira ao XIII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal, em Doha, em

2015. Na sessão de abertura, pronunciei o discurso em nome do G-77 e China.

I.2 - UNIDO

24. A UNIDO é a única agência das Nações Unidas com mandato abrangente para o tema do desenvolvimento industrial. Desde os anos noventa, contudo, a Organização vem sendo debilitada pela saída, em sequência, de importantes países industrializados. O atual Diretor-Geral, Li Yong (RPC), eleito em 2013 com apoio do Brasil, tem feito esforço consistente para relançar a Organização.

25. A atuação do Brasil na UNIDO tem sido condicionada pelo montante de pagamentos em atraso. Em 2010, o País havia assinado acordo de reescalonamento (em cinco parcelas) de suas dívidas, referentes a contribuições em atraso desde 1995. Após pagamento regular das parcelas de 2010, 2011 e 2012, o País interrompeu novamente, desde 2013, quaisquer novos pagamentos (inclusive das contribuições regulares anuais). No momento, a dívida total do Brasil soma 21.581.317,00 euros. Na documentação para a 32a. Sessão do Comitê de Programas e Orçamento-PBC (2016) constou a informação de perda do direito de voto do Brasil. Mesmo tendo plena consciência do desafio representado por dívida nessa dimensão, entendo que o Brasil deveria fazer esforço de regularização gradual da situação, de acordo com as possibilidades.

26. Busquei enfatizar a visão de que a equação custo-benefício de participação do País na UNIDO não deveria estar atrelada a uma comparação contábil entre o valor das contribuições nacionais e dispêndios da Organização em projetos no Brasil. Diante de sua classificação como país de renda média alta, é virtualmente inevitável que o País não seja destino preferencial de projetos de ajuda ao desenvolvimento. Entendo, por isso, como fazem países em estágio de desenvolvimento comparável, que o "retorno contábil" da participação na UNIDO deveria ser buscado por meio da promoção (i) de bens e serviços nacionais em projetos da Organização em terceiros países (em particular na África e na América Latina e Caribe), (ii) da participação de nacionais brasileiros no secretariado e (iii) da contratação de consultores brasileiros para projetos da Organização em terceiros mercados.

27. Durante minha gestão, houve esforço da UNIDO para aumentar sua presença e visibilidade no País, mediante, sobretudo, iniciativas nas áreas de energia e meio ambiente. Em novembro de 2013, o DG Li Yong realizou visita oficial ao Brasil. Registro a parceria desenvolvida entre a UNIDO e o Centro Internacional de Energias Renováveis-Biogás (CIER-Biogás), sediado em Itaipu. O Posto apoiou ativamente a

negociação de memorando de entendimento assinado entre essas duas entidades em dezembro de 2013. A UNIDO passou, ademais, a ser uma das agências implementadoras de projetos do Protocolo de Montreal no Brasil.

I.3 - SE4ALL (INICIATIVA ENERGIA SUSTENTÁVEL PARA TODOS) - TEMAS DE ENERGIA

28. A Iniciativa SE4ALL foi lançada pelo SG-ONU, Ban Ki-moon. Seu primeiro CEO, Kandeh Yumkella (que deixou o cargo de DG-UNIDO em meados de 2013 para assumir essa função), via no Brasil um parceiro-chave. Em repetidas oportunidades, Yumkella transmitiu à embaixada pedidos de apoio do Brasil à Iniciativa -- como, por exemplo, a cessão de dois engenheiros para atuar na elaboração de projetos hidrelétricos para a África. Após sua renúncia ao cargo, assumiu a SE4ALL, já agora com status de organização sem fins lucrativos (NFP), a senhora Rachel Kyte.

29. Registre-se que, em boa medida, Viena é um "hub" internacional para temas de energia, em razão da presença nesta cidade dos secretariados da OPEP e da SE4ALL, além da própria AIEA. Nesse contexto, por iniciativa do ex-DG-UNIDO, Kandeh Yumkella, realizam-se nesta capital, em caráter bienal, encontros do "Vienna Energy Forum". Durante minha gestão, participaram do III e IV encontros do VEF, em 2013 e 2015, representantes do MME, ELETROBRAS, Itaipu e CIER-Biogás.

I.4 - COPUOS (COMITÊ PARA OS USOS PACÍFICOS DO ESPAÇO EXTERIOR) - UNOOSA (ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O ESPAÇO EXTERIOR)

30. O Escritório das Nações Unidas para Temas do Espaço Exterior (UNOOSA) exerce a função de secretariado do Comitê das Nações Unidas para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS) e de seus dois subcomitês (Técnico-Científico e Jurídico). Dirigido, desde 2014, pela italiana Simonetta Di Pippo, o UNOOSA tem também a missão de promover a cooperação internacional nos usos pacíficos do espaço.

31. O COPUOS foi responsável, nas décadas de sessenta e setenta, pela negociação dos cinco principais tratados multilaterais sobre o espaço exterior: Tratado do Espaço Exterior; Acordo sobre Resgate de Astronautas e Objetos Lançados; Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais; Convenção sobre Registro de Objetos Lançados no Espaço Exterior; e Tratado da Lua.

32. O principal desafio do COPUOS hoje - em cenário caracterizado pela emergência de multiplicidade de novos atores na arena espacial, tanto governamentais como privados,

e pela importância central das atividades espaciais para o funcionamento das sociedades modernas - consiste em voltar a exercer papel de liderança como órgão multilateral incumbido de promover a regulação das atividades espaciais e a cooperação entre os países nessa área.

33. O Brasil tem defendido a necessidade (i) de evitar a proliferação de iniciativas de regulação das atividades espaciais à margem do COPUOS, a exemplo da proposta de Código de Conduta para as Atividades Espaciais, lançada em 2010 pela União Europeia, bem como (ii) de atualizar, no âmbito do Comitê, os tratados originais, com vistas a preencher as lacunas hoje existentes em relação a diversos temas, tais como a definição e delimitação do espaço exterior, a proliferação de detritos espaciais, ou a exploração comercial de recursos espaciais, entre outros.

34. Nesse contexto, a negociação em curso de compêndio de diretrizes voluntárias para assegurar a sustentabilidade a longo prazo das atividades espaciais (LTS, no acrônimo em inglês), no âmbito de Grupo de Trabalho constituído para esse fim, constituiu a atividade mais importante desenvolvida pelo COPUOS durante minha gestão. O Brasil participa ativamente dessa negociação.

35. Em junho de 2018, será realizada a conferência UNISPACE+50, que marcará os 50 anos desde a realização da primeira conferência das Nações Unidas sobre o espaço, em 1968. Trata-se de oportunidade única para revisar e aperfeiçoar questões da governança no espaço exterior e da cooperação internacional nessa área.

36. A título de sugestão, considero que seria importante que o processo preparatório da conferência fosse objeto de amplas consultas à comunidade espacial brasileira, tanto no âmbito governamental quanto da Academia e setor privado, com vistas a possibilitar um engajamento proativo do Brasil, com apresentação de propostas concretas para o plano de ação a ser adotado pela UNISPACE+50. Ressalto o apoio fundamental recebido da AEB ao longo de minha gestão, bem como dos observadores oriundos de outros órgãos (Ministério da Defesa) e/ou da Academia, que tomam parte, regularmente, nas reuniões do COPUOS e órgãos subsidiários.

I.5 - UNCITRAL (COMISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DIREITO COMERCIAL INTERNACIONAL)

37. A Comissão reúne-se, anualmente, em Nova York ou Viena, de maneira intercalada. As sessões de 2013 (46ª) e de 2015 (48ª) ocorreram em Viena, havendo o então Consultor Jurídico do Itamaraty, Professor Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros, chefiado as delegações brasileiras. O Posto continuou a acompanhar regularmente as sessões dos grupos de trabalho da

UNCITRAL, que se reúnem, no primeiro semestre do ano, em Nova York, e, no segundo, em Viena.

I.6 - IACA (ACADEMIA INTERNACIONAL ANTICORRUPÇÃO)

38. O Brasil foi um dos signatários, em 2010, do acordo constitutivo da IACA. Em 2013, o então chanceler Antonio Patriota fez depósito, junto à Chancelaria austríaca, do instrumento de ratificação nacional.

39. Em coordenação com o MRE, o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC) tem mantido estreito diálogo com a instituição. Em 2016, um dos módulos do mestrado da IACA teve lugar no Brasil. O ex-Ministro-Chefe da CGU, Luiz Augusto Navarro, é membro do Conselho Consultivo da IACA (mandato 2013-2019). Por ocasião da IV Assembléia das Partes, em dezembro de 2015, em Viena, o Brasil logrou eleger o Secretário Federal de Controle Interno, Adjunto, do MTFC, Sr. Sérgio Seabra, para assento na Junta de Governadores. Na mesma ocasião, a ministra Vivian Sanmartin foi eleita para compor a mesa da Assembléia (relatoria).

II - RELAÇÕES BRASIL-ÁUSTRIA

40. As relações bilaterais Brasil-Áustria são cordiais e corretas. Não há fricções ou temas contenciosos. Há bases históricas sólidas para essas relações, entre as quais (i) o casamento em 1817 da Arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo com o futuro imperador do Brasil, D. Pedro I, (ii) o exílio no Brasil, durante o nazismo, de Stefan Zweig (à época o mais popular escritor austríaco), bem como de numerosos outros refugiados, ou (iii) a iniciativa do Brasil, na 7ª. Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 1952, em favor do pleno restabelecimento da soberania austríaca. Além desses laços históricos, Brasil e Áustria compartilham e defendem no plano internacional valores/objetivos comuns como democracia e estado de direito, direitos humanos, reforço do multilateralismo, desarmamento nuclear, defesa do meio ambiente e assim por diante. Há, assim, amplos espaços para cooperação em foros internacionais em torno desses temas (como se verificou, por exemplo, em iniciativas no âmbito das Nações Unidas para proteção de jornalistas, para a proteção do direito à privacidade ou para o desarmamento nuclear, entre outras). No plano econômico, busquei ressaltar a dimensão surpreendente dos investimentos diretos brasileiros na Áustria. Outro aspecto relevante da relação bilateral é a presença na Áustria de comunidade brasileira estimada pelo Posto em número entre 5-10 mil nacionais.

II.1 - VISITAS E DIÁLOGO POLÍTICO BILATERAL

41. Manteve-se durante minha gestão a intensidade do diálogo e da concertação política bilateral. O ex-ministro das

relações exteriores, Antonio Patriota, visitou Viena em duas oportunidades, em 2013, no contexto de reuniões multilaterais, havendo em ambas ocasiões mantido encontros de trabalho com seu então homólogo, Michael Spindelegger. Pelo lado austríaco, houve visitas ao Brasil dos ministros da Justiça, Beatrix Karl (2012) e Wolfgang Brandstetter (2014), bem como do ministro da Ciência e Pesquisa, Karlheinz Töchterle (2013), entre outras.

42. Tiveram seguimento as reuniões de consultas políticas bilaterais ao amparo do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas (2008). Realizou-se, em dezembro de 2012, em Viena, a terceira reunião, em nível de vice-ministros (como nas duas primeiras). Na ocasião, a delegação brasileira foi chefiada pelo então SG, embaixador Ruy Nogueira. A quarta reunião ocorreu em 2014, em Brasília, em nível de subsecretários. Ressalte-se a utilidade do diálogo político com a Áustria, por se tratar de país com posturas equilibradas e moderadoras em temas divisivos da agenda internacional.

II.2 - MARCO INSTITUCIONAL

43. Durante minha gestão, houve desdobramentos positivos no que diz respeito à ampliação da base institucional do relacionamento bilateral: (i) foram assinados Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior (2013) e Tratado de Extradução (2014), estando ainda em trâmite no Brasil os processos de ratificação; (ii) foram concluídas (ou virtualmente concluídas, no segundo caso) as negociações de Acordo de Previdência Social e de Acordo de Cooperação na Área de Ciência e Tecnologia; (iii) avançou-se na negociação de Acordo/Memorando de Entendimento sobre Acesso a Mercado de Trabalho para Dependentes de Membros de Missões Diplomáticas e de Carreiras Consulares, estando pendente a definição da natureza do instrumento; (iv) estão em curso negociações sobre Acordo de Cooperação Cultural e Declaração Conjunta sobre Programa de Trabalho de Férias. Por outro lado, não houve progressos no que diz respeito a propostas brasileiras de Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil, de Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal, e de Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas.

II.3 - CONTATOS PARLAMENTARES

44. Há, no parlamento austríaco, Grupo de Amizade Parlamentar para o conjunto da América Latina e Caribe. Ao fazer consultas informais sobre constituição de grupo bilateral, fui informado sobre restrições orçamentárias à possibilidade de criação de novos grupos.

45. A Deputada Petra Bayr (SPÖ), que tem presidido o grupo de amizade parlamentar ALC-Áustria, é interlocutora cordial,

bem-intencionada e ativa. Promove encontros conjuntos regulares entre parlamentares austríacos e chefes de missão latino-americanos e caribenhos, em torno de temas específicos.

II.4 - GESTÕES EM FAVOR DE CANDIDATURAS OU TEMAS DE INTERESSE

46. O Posto cumpriu a função rotineira de fazer numerosas gestões em favor de candidaturas brasileiras diversas. Entre as várias candidaturas sobre as quais fiz gestões pessoais, ressalto a do Dr. José Graziano da Silva a reeleição ao cargo de DG-FAO, em 2015. De acordo com as informações de que disponho, a Áustria foi o primeiro país da UE a anunciar publicamente apoio a essa candidatura.

47. No que diz respeito à negociação de acordo de livre comércio MERCOSUL-UE, fiz em 2015 numerosas gestões em favor de apoio da Áustria ao processo e, em particular, à troca de ofertas iniciais de acesso a mercado.

II.5 - ASSUNTOS CONSULARES

48. Enfatizo a importância do trabalho consular nas rotinas do Posto, e em particular da assistência consular e relacionamento com a comunidade brasileira. Nas eleições presidenciais de 2014, Viena foi a quarta embaixada com maior número de eleitores registrados (em países com comunidades brasileiras mais numerosas, há via de regra postos consulares). A comunidade brasileira na Áustria pode ser estimada entre 5-10 mil pessoas.

49. Em 2015, o Posto teve renda consular de 183.121,50 euros; emitiu 1.014 documentos de viagem e 614 vistos ; e realizou 144 registros de nascimentos, entre outros atos de registro civil e notariais. Em 2014 esses números foram os seguintes: renda consular de 165.865,00 euros; 918 documentos de viagem; 582 vistos; e 86 registros de nascimento. Em 2013, por fim, a renda consular foi de 176.455,00 euros; foram emitidos 917 documentos de viagem e 603 vistos; e foram realizados 103 registros de nascimento.

50. Busquei assegurar que o atendimento ao público no setor consular fosse rápido e prestativo. Durante minha gestão, cerca de 95% dos formulários recebidos na caixa da ouvidoria consular continham elogios, em demonstração da atenção, profissionalismo e correção com que os funcionários do setor consular buscam desempenhar suas tarefas.

51. Dei prioridade máxima à interlocução com a comunidade brasileira. Pelo simbolismo da iniciativa, na eleição presidencial de 2014 instalei na Residência do chefe do Posto as cinco seções eleitorais neste país. Em numerosas ocasiões,

pus a Residência à disposição de eventos culturais de iniciativa de membros da comunidade brasileira.

52. Nas eleições presidenciais de 2014, houve 1.822 eleitores inscritos nas cinco seções neste país. No primeiro turno, 685 compareceram para votação; no segundo, 674. Em atendimento a proposta do Posto, o TSE aprovou a criação de seção eleitoral no estado do Vorarlberg, que concentra, após Viena, a segunda maior comunidade brasileira neste país. Nas eleições presidenciais de 2018, assim, haverá pela primeira vez seção eleitoral em outra cidade além de Viena.

53. Outro tema que considero haver sido de importância particular para a comunidade brasileira foi a conclusão, em 2016, da negociação de Acordo de Cooperação em Matéria Previdenciária. As matérias publicadas a respeito no Facebook do Posto foram as que maior repercussão tiveram junto à comunidade brasileira.

54. Devido a restrições orçamentárias, não foi possível, durante minha gestão, agendar consulados itinerantes, sobretudo para atender a comunidade brasileira residente no Vorarlberg, cuja capital está a cerca de 700km de Viena.

55. O Posto empenhou-se no atendimento de numerosas situações de assistência consular. A situação mais recorrente foi a de dificuldades em casamentos/relacionamentos entre cidadãs brasileiras e cidadãos austríacos. Diante do acúmulo de casos, em 2014 solicitei autorização para contratação de advogado para assistência jurídica aos nacionais, quando oportuno. A partir de 2015, a comunidade brasileira passou a contar com essa possibilidade.

56. Recebi solicitações de duas pessoas da comunidade em favor da criação de Conselho da Cidadania neste país. Promovi ampla consulta sobre essa proposta. As manifestações de interesse foram mínimas.

57. Foram atualizados os credenciamentos dos Cônsules-Honorários. Em 2015, encaminhei processo de substituição do ex-Cônsul-Honorário no Tirol, por razões de idade. O novo Cônsul-Honorário naquele estado é cidadão alemão que tem laços efetivos com o Brasil e fala português fluentemente.

II.6 - ASSUNTOS CULTURAIS

58. Nos anos de 2013 e 2014, o Posto teve programação cultural intensa. A partir de 2015, não foi possível manter o mesmo ritmo de atividades, em razão das crescentes dificuldades orçamentárias.

59. Creio haver concluído que o caminho mais eficiente para a promoção de eventos culturais neste país é o de parcerias com

instituições, festivais ou eventos locais. Verifiquei a extrema dificuldade, em cidade e país com "superoferta" de eventos culturais, de obter retorno adequado para eventos produzidos de forma individual. Dei prioridade, assim, a eventos em parceria com instituições como, entre outras, o "Weltmuseum" ("Museu do Mundo", nova denominação do antigo Museu de Etnologia), o Az W (Centro de Arquitetura de Viena), a Universidade de Viena (Semanas de Literatura Brasileira, em edições anuais regulares), a Viennale (festival anual internacional de cinema), o Impulstanz/"Biblioteca do Corpo" (festival de dança durante os meses de verão), a Universidade de Salzburgo (festival de cinema brasileiro - "Fórum Brasil"), o Instituto Latino-Americano (LAI, que celebrou 50 anos em 2015) e a Sociedade Austro-Brasileira de Educação e Cultura Papagaio (Festival Cultural do Brasil em Viena). No Brasil, procurei trabalhar em conjunto com a iniciativa "Música no Museu", que promoveu quatro eventos em Viena durante minha gestão. Em alguns desses casos, uma pequena contribuição financeira ou tão-somente institucional ou de apoio logístico permitiu um retorno de divulgação que não teria sido alcançado por meio de iniciativas individuais da embaixada.

60. Um aspecto particular do relacionamento cultural Brasil-Áustria diz respeito ao legado da expedição científica e cultural que acompanhou D.Leopoldina ao Brasil em 1817. O "Weltmuseum" abriga, possivelmente, a mais importante coleção no exterior de etnologia do Brasil. Há coleções de história natural no "Naturhistorisches Museum". A Academia de Belas Artes ("Akademie der bildenden Künste") tem em seu acervo (mas não expostos, por razões de preservação), paisagem a óleo do Rio de Janeiro e 763 aquarelas e desenhos com cenas brasileiras de Thomas Ender. Registre-se que, em 2013, o IBRAM assinou memorando de entendimento com o Museu de História da Arte (KHM) e o "Weltmuseum".

61. Na consideração da programação cultural do Posto, procurei abrir a Residência para eventos emblemáticos da diversidade étnica e cultural brasileira. Houve, entre outros, eventos em torno (i) de representantes da comunidade indígena sateré-mawé, em 2013, por ocasião de encerramento da mostra "Além do Brasil" no "Weltmuseum", (ii) do escritor indígena Daniel Munduruku, em 2014, e (iii) do artista plástico Ernesto Neto e indígenas da tribo Huni-Kuin, em 2015.

62. Em minha gestão, o Posto deu continuidade à utilização regular da sala de auditório e projeção da Chancelaria para a realização de eventos culturais, como exposições de filmes brasileiros, palestras, debates e leituras bilíngues de literatura. Destaco a exibição mensal de filmes infantis brasileiros para estudantes de português da rede pública de ensino de Viena.

63. Em 2016, nome por mim indicado, a Doutora Eloide Kilp - professora do Instituto de Romanística da Universidade de Salzburgo e importante colaboradora da Embaixada nos temas de cooperação educacional, difusão cultural e promoção da língua portuguesa - foi um dos agraciados na primeira edição do Prêmio Itamaraty de Diplomacia Cultural.

II.7 - IMPRENSA e DIVULGAÇÃO

64. O Posto fez trabalho ativo de divulgação do Brasil no contexto da Copa do Mundo FIFA 2014 e das Olimpíadas Rio 2016. Participei de numerosos eventos e debates públicos. Dei entrevistas a canal da televisão austríaca, a estação de rádio, jornais e revistas. Enviei cartas a órgãos de imprensa e ONGs em resposta a matérias e manifestações distorcidas sobre a realidade brasileira. Nesse contexto, havendo servido neste mesmo país há 30 anos, não posso deixar de registrar minha frustração de verificar que a imagem do Brasil continua a ser muito marcada por uma combinação de preconceitos e desconhecimento.

65. Foi criada conta do Posto no Facebook. Trata-se de canal de comunicação ágil entre a embaixada e a comunidade brasileira, além de constituir memória de atividades, eventos, artigos de imprensa e outros fatos relevantes envolvendo, essencialmente, temas culturais. Essa plataforma é igualmente útil para a divulgação de informações consulares.

II.8 - RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

66. Busquei dar a devida ênfase ao fato de que a Áustria é um dos principais destinos de IDB (investimento direto brasileiro no exterior), o qual nem sempre é devidamente conhecido no Brasil. Até 2013, a Áustria era o principal destino de investimentos brasileiros diretos (IBD), com estoque de US\$ 66,5 bilhões (24,4% do total no exterior). Em 2014, após anos de aumento contínuo, houve saída significativa de recursos brasileiros, com decréscimo no estoque total para valor de US\$ 48 bilhões ao final do ano - havendo então a Áustria caído para a segunda posição (17,8% do IDB no exterior). Em 2015, o estoque de IBD na Áustria sofreu nova queda, situando-se ao final do ano em US\$ 38,8 bilhões (14,9% do total).

67. Via de regra, os fluxos de IDB em direção a este país não guardam relação específica com uma agenda econômica bilateral Brasil-Áustria, nem são voltados primariamente a negócios no mercado interno deste país. Grandes empresas brasileiras constituem "holdings", "trading companies" ou outras formas de presença neste país com o propósito de centralizar na Áustria os registros de movimentações financeiras e/ou

comerciais em escala europeia e mesmo global. Tais decisões decorrem, presumivelmente, (i) da existência de acordo de bitributação Brasil-Áustria e (ii) de condições tributárias oferecidas pela legislação austríaca, entre outros fatores.

68. Os números do comércio bilateral não são expressivos. Mesmo considerando que parcela razoável do comércio bilateral presumivelmente não apareça nas estatísticas brasileiras, em razão do chamado "efeito Rotterdam", ainda assim os números são relativamente modestos. O volume máximo de intercâmbio foi registrado em 2011 (US\$ 1,89 bilhão). Nesse mesmo ano, registrou-se pico no valor das exportações brasileiras (US\$ 422 milhões); no ano seguinte, registrou-se pico nas exportações austríacas (US\$ 1,52 bilhão).

69. Desde 2011-2012, houve declínio acentuado do comércio em ambos os sentidos. Essa tendência deveu-se, pelo lado das exportações brasileiras, à queda nas vendas de commodities para a Áustria; pelo lado das exportações austríacas, ao desaquecimento da economia brasileira e à desvalorização do Real. O comércio bilateral tem sido tradicionalmente superavitário para a Áustria.

70. O Posto manteve diálogo regular com interlocutores da Câmara de Comércio da Áustria (WKÖ) e da União dos Industriais (IV). Entre as rotinas do SECOM da embaixada, uma das atividades mais frequentes foi o apoio a pequenas e médias empresas brasileiras que buscam listas de potenciais importadores para seus produtos. Em razão das restrições orçamentárias, o SECOM buscou privilegiar atividades de custo zero, como publicação de "newsletter" eletrônica e atualização do "Guia como Exportar para a Áustria".

III. ÁUSTRIA: CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA; POLÍTICA EXTERNA

III.1 - CONJUNTURA POLÍTICA

71. A Áustria é governada desde janeiro de 2007 por "grande coalizão" entre social-democratas (SPÖ) e democrata-cristãos, ou "populares" (ÖVP). Os principais partidos de oposição são o FPÖ (Partido da Liberdade, direita populista) e os "Verdes". Desde 16/05/2016 o chanceler (primeiro-ministro) é Christian Kern (SPÖ); Reinhold Mitterlehner (ÖVP) é o vice-chanceler desde 01/09/2014. As últimas eleições nacionais (parlamentares) foram realizadas em 2013.

72. A Áustria encontra-se entre os países de mais alto desenvolvimento, com plena estabilidade democrática, economia avançada e competitiva e alto nível de coesão social. Não obstante esse quadro favorável, é curioso verificar que a conjuntura política interna tem sido marcada por tendência de crescente fragmentação político-partidária e erosão do apoio

popular aos social-democratas (SPÖ) e democrata-cristãos (ÖVP), os dois principais partidos. Desde o pós-guerra, na chamada II República, a chefia de governo foi sempre exercida por um desses dois grandes partidos - em mais de uma vez, como agora, em "grande coalizão" entre os dois. Este quadro de grande estabilidade e previsibilidade está, contudo, claramente se diluindo. Em 2016, por exemplo, pela primeira vez desde o pós-guerra, a Áustria terá um chefe de estado de terceiro partido (FPÖ ou "Verdes"). Em virtualmente todas as eleições recentes neste país - europeias, nacionais ou estaduais --, ambos os grandes partidos registraram mínimos históricos sucessivos em suas votações. Desde 2015, as pesquisas de opinião tem indicado ampla e consistente liderança do FPÖ.

73. Não deixa de ser surpreendente esse movimento de progressivo distanciamento dos eleitores austríacos em relação aos dois grandes partidos - os quais conduziram tão exitosamente a reconstrução do país no pós-guerra e sua transformação em uma das nações mais prósperas e socialmente coesas da UE. Nesse particular, o que se observa na Áustria não parece ser essencialmente diferente das manifestações generalizadas de insatisfação popular em países desenvolvidos, indistintamente à esquerda e à direita (candidatura republicana nos EUA, Brexit, Syriza, Podemos, etc). Trata-se, aparentemente, de situação ligada a um sentimento difuso de mal-estar social, decorrente de fatores como: (i) impressão de que a chamada globalização põe em risco as conquistas do estado de bem-estar social e acarreta crescente desequilíbrio na distribuição de renda; (ii) virtual estagnação na renda média da população, sobretudo a partir da crise econômica mundial de 2008; e (iii) preocupação em relação à presença crescente de imigrantes (fator exacerbado pela crise de refugiados a partir de 2015).

74. Ainda assim, parece haver, no caso da Áustria, um elemento de especificidade nacional. Enquanto em outros países tais manifestações de insatisfação social estão em boa medida relacionadas aos impactos da crise econômica mundial a partir de 2008, no caso da Áustria já nos anos noventa o FPÖ havia se convertido em terceira força de peso na política interna, ao lado do SPÖ e ÖVP.

75. Insere-se nesse mesmo contexto de progressivo desgaste dos partidos tradicionais a eleição presidencial de 2016. No passado, sempre que houve um segundo turno em eleições presidenciais, o confronto fora entre candidatos do SPÖ e do ÖVP. E todos os chefes de estado da II República pertenciam na origem a um desses dois partidos. Agora, como já referido, pela primeira vez chegaram ao segundo turno apenas os candidatos dos "Verdes" (ainda que nominalmente apresentado como independente), Alexander Van der Bellen, e do FPÖ, Norbert Hofer. Esse segundo turno, em maio passado, vencido

por estreitíssima margem pelo candidato "verde", foi anulado em razão de irregularidades na apuração dos votos postais. A Corte Constitucional determinou sua repetição em 2 de outubro próximo.

76. No acompanhamento geral da conjuntura interna austríaca, procurei enviar informações sobre temas específicos de eventual interesse para a agenda doméstica brasileira, a exemplo da questão do sigilo bancário e do intercâmbio automático de informações tributárias neste país; dos debates sobre a possível introdução de imposto sobre "grandes fortunas", heranças ou doações; e dos debates e medidas pontuais recorrentes no sentido de reformar a previdência social.

III.2 - CONJUNTURA ECONÔMICA

77. No contexto europeu, desde a crise econômica mundial de 2008 a Áustria havia inicialmente se sobressaído por desempenho econômico relativamente mais favorável. O país tinha, em 2012, a mais baixa taxa de desemprego na UE. Mais recentemente, contudo, na comparação com outras economias europeias, a Áustria já não se inclui entre as de melhor desempenho.

78. O crescimento do PIB em 2015 foi de 0,9%, abaixo da taxa de 1,9% para o conjunto da UE. Manteve-se dessa forma o fraco desempenho dos três anos anteriores (0,8% em 2012; 0,3% em 2013; e 0,4% em 2014). A previsão para este ano é de clara melhora (1,7%) - ainda assim, abaixo da previsão para a UE (1,9%).

79. Em 2015, a taxa de desemprego foi de 6% (pelo critério unificado da Comissão Europeia). Até 2012, a Áustria tinha a menor taxa na UE (naquele ano, 4,9%). Em 2016, contudo, conforme as previsões, sete países da UE terão taxas menores do que a austríaca. Pelo critério estatístico nacional, o desemprego na Áustria passou de 7% em 2012 para 9,1% em 2016 - com tendência ascendente. O número de desempregados, próximo a 500 mil, atingiu um recorde. Ainda que o número de empregados continue aumentando, isso não ocorre em proporção suficiente para compensar o aumento populacional decorrente da imigração.

80. Após forte crescimento da dívida pública na esteira da crise econômica mundial de 2008, há sinais de melhoras nas contas públicas. Depois de déficit equivalente a 2,7% do PIB em 2014, o resultado em 2015 foi de -1,2% do PIB, a melhor cifra desde 2001. Estima-se que o déficit em 2016 voltará a crescer, atingindo 2,2% do PIB. Depois de anos de aumentos substanciais, a dívida pública montou a 86,2% do PIB em 2015. Estima-se que essa cifra tenha sido o pico. Apesar dessa aparente estabilização da situação, há preocupações de longo

prazo em relação às contas públicas, sobretudo em razão de dúvidas quanto à sustentabilidade da previdência oficial e dos custos crescentes do estado de bem-estar social em contexto de progressivo envelhecimento da população. Entre 2012-2016, as três principais agências internacionais de classificação de risco, sucessivamente, retiraram da Áustria sua condição de "triple A".

81. As contas externas da Áustria são particularmente sólidas. O país tem, tradicionalmente, superávits significativos em sua conta corrente: 3,3% do PIB em 2015; e, conforme as previsões, 3,5% do PIB em 2016.

82. A Áustria tem logrado manter base industrial sólida, apesar da competição da Ásia-Pacífico. O país mantém-se competitivo em setores de ponta como máquinas e equipamentos, indústria automotiva, metal-mecânica, farmacêutica e química, entre outros. As empresas austríacas estão fortemente integradas em cadeias produtivas internacionais, em particular com a Alemanha. Não obstante esse quadro seguramente positivo, há preocupações em relação à perda de posições em índices de competitividade internacional. Associações empresariais atribuem essa evolução à incapacidade política de implementar reformas efetivas nos campos fiscal, previdenciário e trabalhista.

III. 3 - POLÍTICA EXTERNA AUSTRIACA

83. A UE é o centro da política externa austríaca e "âncora" do posicionamento e identidade internacional do país (a Áustria tornou-se membro em 1995). Subsidiariamente, outros focos de atenção para a política externa austríaca são os seguintes: (i) Balcãs e Europa Oriental; (ii) Mediterrâneo e Oriente Médio; (iii) grandes mercados emergentes. O continente europeu absorve mais de 80% das exportações austríacas.

84. A Áustria posiciona-se tradicionalmente de forma decidida em favor da importância do multilateralismo, e em especial da ONU, na condução da agenda internacional. Outra instituição internacional particularmente valorizada pela Áustria é a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), sediada em Viena. A política externa deste país, da mesma forma que a brasileira, tem tradição de busca de consensos e soluções negociadas, com extrema cautela para referendar eventuais opções militares. Em temas como a crise na Ucrânia, o conflito Israel-Palestina ou as relações com o Irã, verifica-se com nitidez essa especificidade de posturas invariavelmente moderadoras e de promoção do diálogo.

85. Um aspecto permanente da política externa austríaca é o objetivo prioritário de promover Viena como centro diplomático e sede de organizações internacionais. A cidade é

a terceira mais importante sede das Nações Unidas. Abriga duas agências especializadas (AIEA e UNIDO), bem como o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC), o Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior (UNOOSA), o secretariado da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) e a Iniciativa Energia Sustentável para Todos (SE4ALL), entre outros órgãos das Nações Unidas. A OPEP e seu fundo de ajuda ao desenvolvimento (OFID) têm igualmente sede em Viena. O acordo nuclear entre o Irã, os cinco membros permanentes do CSNU, a Alemanha e a UE (Irã-P5+1/UE) foi assinado em Viena, em 2015.

86. No período de minha gestão, foram objeto de acompanhamento prioritário pelo Posto os temas de política externa mencionados a seguir.

87. A partir de meados de 2015, a crise dos refugiados passou a ser o tema central não só da política externa, mas também da política interna neste país. Tratar-se-ia, segundo o ex-presidente Heinz Fischer, do mais grave desafio enfrentado pelo país desde a recuperação da plena soberania em 1955. Em alguns momentos, tinha-se a impressão de um desafio além da capacidade de resposta da Áustria. Transitaram por seu território, no ano passado, mais de 600 mil refugiados, dos quais 90 mil solicitaram asilo no país. Nesse contexto, após postura inicial de abertura e marcada por preocupações humanitárias, a Áustria reverteu curso e passou a assumir liderança em nível europeu e sub-regional em favor do fechamento de rotas de imigração "ilegais". Estabeleceu-se teto para número máximo de asilos a serem processados em 2016 (37.500). Partiu da Áustria, em 2016, a coordenação com os países balcânicos com vistas ao fechamento da chamada "rota dos Balcãs". Na sequência, o ministro do exterior, Sebastian Kurz, passou a defender a aplicação pela UE do "modelo australiano" para controlar a entrada de imigrantes pelo mar (centros de processamento em ilhas do Mediterrâneo ou nos países de origem dos fluxos). O fechamento da "rota dos Balcãs" gerou críticas públicas à Áustria por parte da Comissão Europeia, da Alemanha e da Grécia, além de organismos internacionais e ONGs. De uma forma ou de outra, contudo, o país alcançou, pelo menos por ora, o objetivo de reassumir o controle da situação. Caiu drasticamente o número de refugiados que têm chegado à Áustria. Trata-se de tema que permanecerá na agenda no futuro previsível.

88. O resultado do referendo do Brexit foi recebido com perplexidade na Áustria. Na perspectiva dos próximos passos, tem-se a impressão que a tarefa mais difícil não será nem mesmo a da negociação, já em si extremamente complexa, da saída do Reino Unido e definição dos novos termos de seu relacionamento com a UE. Mais desafiadora ainda parece ser a tarefa de como proceder em relação à nova UE-27 que restará - se empreender uma "fuga para a frente", ou se privilegiar a

consolidação e aperfeiçoamento do que já existe. Para um país como a Áustria, cujas lideranças políticas (à exceção do FPÖ) e empresariais são profundamente comprometidas com a UE, o Brexit acrescenta nova e grave preocupação em relação ao futuro de processo de integração que vem enfrentando sucessivos desafios históricos nos últimos anos (impactos sociais da crise econômica mundial de 2008; fortalecimento de tendências eurocéticas em numerosos membros; crises fiscais e/ou financeiras em diversos países; crise dos refugiados e seu impacto sobre o espaço Schengen).

89. No contexto da crise financeira grega, a Áustria - respeitados os limites de sua capacidade de projeção diplomática - atuou em 2015 no sentido de buscar acomodar, tanto quanto possível, as preocupações daquele país. O ex-primeiro-ministro, Werner Faymann (SPÖ), empenhou-se pessoalmente nesse sentido, algo que lhe valeu, à época, o reconhecimento do governo grego. Em diferentes momentos, Faymann enfatizou que não se poderiam exigir medidas de austeridade além de um limite razoável.

90. No que diz respeito à crise Ucrânia-Rússia, a Áustria condenou a ocupação da Criméia, bem como a hipótese de desmembramento de outros territórios da Ucrânia. Ao mesmo tempo, manteve postura invariável no sentido de enfatizar a necessidade de manter abertos os canais de diálogo com Moscou e evitar retórica de confrontação. Nesse contexto, sem deixar de implementar integralmente as sanções contra a Rússia adotadas no âmbito da UE, em numerosas oportunidades a Áustria manifestou abertamente seu ceticismo quanto à eficácia de tais iniciativas.

91. No conflito Israel-Palestina, a Áustria manteve -- ainda que sem o perfil elevado do passado - a postura de equilíbrio e defesa de solução negociada com base no princípio de "dois Estados". O país continuou a condenar, de forma consistente, a política de promoção de assentamentos israelenses na Cisjordânia. A Áustria votou em favor do ingresso da Palestina na UNESCO, em 2011, bem como da admissão do país na ONU, com status de observador. Por outro lado, não há no momento perspectiva imediata de reconhecimento do Estado da Palestina.

92. No que diz respeito ao conflito sírio, a Áustria passou a modular exigência anterior, explicitada de forma muito enfática pelo menos até 2013, de que a saída de cena do Presidente Bashar al-Assad seria pré-condição para uma solução negociada. Em 2015 e 2016, foram realizados em Viena encontros do "Grupo de Contato sobre a Síria".

93. Em 2013, a Áustria encerrou abruptamente sua participação na missão de paz das Nações Unidas nas Colinas de Golan (UNDOF). Em 2016, em discurso pouco antes de deixar o cargo,

o ex-presidente Heinz Fischer disse que essa decisão havia sido o maior equívoco da política externa austríaca durante seus dois mandatos (2004-2016).

94. O relacionamento com o Irã foi outro tema de destaque na política externa austríaca. Após o acordo nuclear de 2015, o presidente Heinz Fischer foi o primeiro chefe de estado ocidental a visitar aquele país. Essa foi, também, a primeira visita de um chefe de estado europeu desde 2004.

95. Durante minha gestão, o presidente Heinz Fischer visitou, na América Latina e Caribe, a Colômbia e Cuba, em 2016; a Bolívia, em 2015; e a Argentina e Chile, em 2012. Em 2015, a Áustria decidiu reabrir sua embaixada em Bogotá, fechada em 2012; ao mesmo tempo, anunciou decisão de fechar a representação em Caracas.

IV. SUMÁRIO DE AÇÕES, DIFICULDADES ENCONTRADAS E SUGESTÕES PARA O PRÓXIMO CHEFE DE MISSÃO

IV.1 - TEMAS MULTILATERAIS

AÇÕES DO POSTO OU COM PARTICIPAÇÃO DO POSTO - Visitas ao Brasil, em 2013, do Diretor-Executivo do UNODC e do Diretor-Geral da UNIDO. - Gestões em favor da participação de cidadãos brasileiros no secretariado de organizações internacionais em Viena. - Apoio à abertura de escritório de representação do UNODC em Brasília. - Participação ativa na negociação do documento final da UNGASS-2016 (Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas). - Eleição do Brasil para vice-presidência da CND em 2016. - Proposta de resolução, aprovada pela VI Conferência das Partes da UNCAC, em 2015, sobre cooperação internacional em processos de natureza civil e administrativa no combate à corrupção. - Apoio à conclusão, em 2015, das negociações para atualização das regras mínimas para o tratamento de prisioneiros. - Eleição para o Comitê de Programas e Orçamento da UNIDO (mandato 2014-2015). - Apoio às negociações de memorando de cooperação entre a UNIDO e o Centro Internacional de Energias Renováveis-Biogás, sediado em Itaipu. - Participação ativa nas negociações sobre diretrizes para a sustentabilidade do espaço exterior, no âmbito do COPUOS. - Depósito, pelo ex-chanceler Antonio Patriota, do instrumento de ratificação pelo Brasil do acordo constitutivo da IACA. - Por ocasião da IV Assembleia das Partes da IACA, em dezembro de 2015, em Viena, eleição do Secretário Federal de Controle Interno, Adjunto, do MTEC, Sr. Sérgio Seabra, para assento na Junta de Governadores.

DIFICULDADES - A situação de atraso nas contribuições brasileiras à UNIDO levou à perda de voto na Organização.

SUGESTÕES PRIORITÁRIAS PARA A AGENDA DO PRÓXIMO CHEFE DE MISSÃO - Processo de preparação da revisão decenal, em 2019, da Declaração Política e Plano de Ação de 2009 sobre o Problema Mundial das Drogas. - Renovação do mandato do Brasil na CND, que expira em 31/12/2017. - Questão das contribuições em atraso para a UNIDO. - Preparação da conferência UNISPACE+50, em 2018.

IV.2 - TEMAS BILATERAIS

AÇÕES DO POSTO OU COM PARTICIPAÇÃO DO POSTO - Visitas a Viena, em 2013, do ex-chanceler Antonio Patriota. - III reunião de consultas políticas bilaterais, em dezembro de 2012, em Viena, na qual a delegação brasileira foi chefiada pelo ex-Secretário-Geral das Relações Exteriores, embaixador Ruy Nogueira. - IV reunião de consultas políticas bilaterais, em 2014, em Brasília. - Ampliação do marco institucional das relações bilaterais: (i) assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior; (ii) assinatura de Tratado de Extradição; (iii) conclusão das negociações de Acordo de Previdência Social; (iv) virtual conclusão das negociações de Acordo de Cooperação na Área de Ciência e Tecnologia; (v) lançamento de negociações, ainda em curso, de Acordo de Cooperação Cultural. - Nas eleições presidenciais de 2014, entre as embaixadas com setor consular, Viena foi a quarta com maior número de eleitores registrados (1.822). - Em atendimento a propostas do Posto, o TSE aprovou a criação de uma sexta seção eleitoral na Áustria, no estado do Vorarlberg (a primeira fora de Viena). - Contratação de advogado para prestar assistência jurídica à comunidade brasileira, em casos justificados. - Realização de ampla consulta pública à comunidade brasileira sobre eventual interesse pela criação de Conselho da Cidadania. - Atualização e renovação dos mandatos de Cônsules- Honorários; substituição, por razões de idade, do Cônsul- Honorário no estado do Tirol. - Criação de conta no Facebook e renovação da página do Posto na internet. - Acompanhamento do volume expressivo de IDB (investimentos diretos brasileiros) na Áustria. - Atualização do guia "Como Exportar para a Áustria".

DIFICULDADES - As restrições orçamentárias limitaram a atuação do Posto, sobretudo nas atividades de promoção cultural e de representação.

SUGESTÕES PARA A AGENDA DO PRÓXIMO CHEFE DE MISSÃO - Retomada de agenda de visitas bilaterais em alto nível. - Agendamento da V reunião de consultas políticas bilaterais. - Continuidade ao trabalho de ampliação do marco institucional das relações bilaterais. - Comemoração, em 2017, dos 200 anos do casamento entre D.Leopoldina e D.Pedro I. - Continuidade às parcerias culturais com as entidades mencionadas neste relatório.